



## HISTÓRIA DE UMA OBRA E DE UM MANUSCRITO

### HISTORY OF A WORK AND A MANUSCRIPT

### HISTORIA DE UNA OBRA Y DE UN MANUSCRITO

*José Eustáquio Romão<sup>1</sup>  
Natatcha Priscilla Romão<sup>2</sup>*

**RESUMO:** Este artigo reconstitui a gênese da formulação e redação de **Pedagogia do oprimido** por Paulo Freire, sua obra mais importante. Em seguida, reconstitui historicamente a trajetória das edições, com destaque para as primeiras, mormente para a realizada no Brasil, por causa de sua proibição imposta pela ditadura militar que se instalara no país em abril de 1964 e que banira Paulo Freire, bem como seu pensamento como “subversivo” da ordem autocrática imposta.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pedagogia. Oprimido. Edição. Manuscrito.

**ABSTRACT:** This article reconstructs the genesis of the formulation and writing of **Pedagogy of the oppressed** by Paulo Freire, his most important work. Afterwards, it historically reconstitutes the history of the editions, especially the first, namely for the one held in Brazil, because of its prohibition imposed by the military dictatorship that had settled in the country in April 1964 and which banished Paulo Freire, as well as his thought as "subversive" of the imposed autocratic order.

**KEYWORDS:** Pedagogy. Oppressed. Editing. Manuscript.

**RESUMEN:** Este artículo reconstituye la génesis de la formulación y redacción de **Pedagogía del oprimido** por Paulo Freire, su obra más importante. En seguida, reconstituye históricamente la trayectoria de las ediciones, con destaque para las primeras, principalmente para la realizada en Brasil, a causa de su prohibición impuesta por la dictadura militar que se había instalado en el país en abril de 1964 y que bañaba Paulo Freire, pensamiento como "subversivo" del orden autocrático impuesto.

**PALABRAS CLAVE:** Pedagogía. Oprimido. Edición. Manuscrito.

## INTRODUÇÃO

Nas comemorações dos 50 anos da conclusão do manuscrito de **Pedagogia do oprimido** por Paulo Freire, em Santiago do Chile, na primavera de 1968, resolvemos fazer uma segunda edição fac-similada do manuscrito da obra<sup>1</sup>, com base nos originais – daí a manutenção da cor azul da caneta usada por Freire e das manchas que as folhas almaço sem pauta ganharam ao longo dos anos – de modo a preservar sua autenticidade nesta edição, acrescentando-lhe esta explicação.

**Submetido em:** 20/11/2018 – **Aceito em:** 04/12/2018 – **Publicado em:** 15/01/2019



O título deste artigo, como perceberão o leitor e a leitora, justifica-se pela investigação, que continua, a respeito do texto que serviu de base para as edições da obra, nas diversas partes do mundo. Esta busca pode dar a impressão de ser motivada apenas por uma curiosidade histórica, mas não é. No desvendamento de como se processaram as edições de **Pedagogia do oprimido** permanece a dúvida, até o presente momento, se todos os editores tiveram acesso a cópias do manuscrito, ou a cópias de uma versão datilografada, ou se se basearam em edições anteriores.

## A ELABORAÇÃO DOS ORIGINAIS

O livro **Pedagogia do oprimido** já passou de 60 edições no Brasil. Em 2001, o Instituto Paulo Freire recebeu uma cópia dos manuscritos deste livro cuja história começa em 1968, quando Paulo Freire os entregou a Jacques Chonchol<sup>ii</sup>, diretor do *Instituto de Desarrollo Agrario Instituto de Capacitación y Investigación de la Reforma Agrária (ICIRA)*, onde trabalhava. Saiu do Chile no ano subsequente, passando quase cerca de onze meses na Universidade de Harvard nos Estados Unidos. Estabeleceu-se, em seguida, em Genebra, passando a trabalhar no Conselho Mundial de Igrejas. Regressou ao Brasil dez anos mais tarde, tendo vivido por mais de uma década e meia no exílio.

Tudo leva a crer que depois de ter doado o manuscrito de **Pedagogia do oprimido** a Chonchol e à esposa, não mais o viu, pois, no fim da vida, manifestou desejo de revê-lo, ao falar que escreveria a Jacques Chonchol para obter uma cópia. Lamentavelmente, faleceu antes que conseguíssemos uma cópia por intermédio do Professor Adriano Salmar Nogueira e Taveira, que foi ao Chile com a missão de consegui-la.

Freire dedicou o manuscrito a Jacques Chonchol e à esposa Maria Edy<sup>iii</sup>, numa carta escrita a eles e assinada na “primavera de 68”. Nesta carta-dedicatória, Paulo Freire fala das saudades que tinha de Recife, após quatro anos de exílio, “de suas pontes, suas ruas de nomes gostosos: Saudade, União, 7 pecados, Rua das Creoulas, do Chora menino, ruas da Amizade, do Sol, da Aurora”. Completava, melancolicamente, ter deixado “o mar de água morna, as praias largas, os coqueiros”, deixara “o cheiro da terra e das gentes do trópico, os amigos, as vozes conhecidas”. Afirmava ainda que estava deixando o Brasil, mas que, também, “trazia o Brasil” e “chegava sofrendo a ruptura entre o meu projeto e o projeto do meu País”. Conclui a carta-dedicatória dizendo: “Gostaria que vocês recebessem estes manuscritos de um livro que pode não prestar, mas que encarna a profunda crença que tenho nos homens, como uma simples homenagem a quem muito admiro e estimo”.

Compulsando os originais, percebe-se que Paulo Freire não registrou o título do livro e nem os dos capítulos.



No manuscrito aparece a epígrafe: “Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam”. Ela se tornaria o mote da rede de institutos Paulo Freire espalhados pelo mundo.

Cabe acrescentar, neste artigo, as explicações que Paulo Freire deu em **Pedagogia da esperança** (1992) sobre a elaboração e o processo de edição em mais de um país, concluindo com informações preciosas sobre a negociação da edição de **Pedagogia do oprimido** no Brasil.

Primeiramente, ele informa que o “processo de redação” foi debatido com vários intelectuais, especialmente com os chilenos e brasileiros exilados naquele país andino, afirmando textualmente:

Foi vivendo a intensidade da experiência da sociedade chilena, da minha experiência naquela experiência, que me fazia re-pensar sempre a experiência brasileira, cuja memória viva trouxera comigo para o exílio, que escrevi a *Pedagogia do oprimido* entre 1967 e 1968 (FREIRE, 1994, p. 53, grifo do original).

Em seguida, explica o próprio método de escrita, segundo o qual, antes de registrá-las, as ideias são por ele submetidas, exaustivamente, ao debate e à discussão:

O tempo de escrever, diga-se, ainda é sempre precedido pelo de falar das ideias que serão fixadas no papel. Pelo menos foi assim que se deu comigo. Falar delas antes de sobre elas escrever, em conversas de amigos, em seminários, em conferências, foi também uma forma de não só testá-las, mas de recriá-las, de repartejá-las, cujas arestas poderiam ser melhor aparadas quando o pensamento ganhasse forma escrita com outra disciplina, com outra sistemática.

[...]

Levei mais de um ano falando de aspectos da *Pedagogia do oprimido*. Falei a amigos que me visitavam, discuti-os em seminários, em cursos. Um dia, minha filha Madalena chegou a chamar, delicadamente, minha atenção para o fato. Sugeri maior contenção de minha parte na ânsia de falar sobre a *Pedagogia do oprimido* ainda não escrita. Não tive forças para viver a sugestão. Continuei apaixonadamente falando do livro como se estivesse, e na verdade estava, aprendendo a escrevê-lo” (FREIRE, 1994, p. 54, grifo do original).

Todo o processo de criação do livro foi desenvolvido aos poucos, em discussões com pessoas que encontrava até em eventos internacionais.

Ainda exilado no Chile, recorria também às fontes secundárias dos autores que lhe inspiravam, sempre anotando, em pedaços de papel, o que lhe ocorria, numa espécie de verdadeiro “alvorço intelectual” (FREIRE, 1994, p. 54). Combinava tais anotações com os registros que fizera em fichas, nas experiências e nos círculos de cultura de que participara em comunidades camponesas chilenas. Lançava mão, também, das lembranças das experiências que tivera no Nordeste brasileiro, antes do exílio. Em suma, como afirma e reafirma o próprio Freire, buscava combinar as contribuições dos intelectuais com o “saber de



experiência feito” (FREIRE, 1994, p. 59), do senso comum dos educandos e demais participantes dos círculos de cultura. Complementa que, as “fichas de ideias” acabavam por se tornar verdadeiras “fichas geradoras”, num trabalho artesanal que, certamente, demandaria um esforço de arranjo e organização que deve ter-lhe tomado muito tempo e energia. Graças a essa metodologia de trabalho, Freire informa que, em 15 dias, atravessando noites, escreveu os três primeiros capítulos da obra, em julho de 1967 (FREIRE, 1994, p. 60).

Em seguida, entregou os originais datilografados a Ernani Maria Fiori<sup>iv</sup>, para que escrevesse o prefácio, com a obra contendo apenas os três primeiros capítulos. Freire informa, então, como recebeu de volta a obra prefaciada por Fiori: “Quando Fiori me entregou seu excelente estudo em dezembro de 1967, tomei algumas horas em casa à noite, lendo desde o seu prefácio até a última palavra do terceiro capítulo, para mim, então, o último” (FREIRE, 1994, p. 60).

Entretanto, embora o livro estivesse pronto para publicação, Paulo Freire resolveu seguir o conselho de Josué de Castro<sup>v</sup> que, segundo ele, estivera no Chile e que, em conversa com ele e Almino Affonso<sup>vi</sup> numa das praças de Santiago, aconselhara-o a guardar o texto por três ou quatro meses e, depois, voltar a ele, relê-lo e, só então, tomar a decisão de publicá-lo, ou na forma em que o encontrasse, ou acrescentando partes, já que este modo de concluir uma obra poderia levá-lo a fazer as alterações que considerasse definitivas. Embora tentado a rever o texto em “quarentena” por várias vezes, Freire informa ter resistido à tentação, para dele alcançar algum “distanciamento”:

Lá uma noite dois meses e pouco depois, me entreguei por horas ao reencontro com os originais. Era quase como se tivesse reencontrando um velho amigo. Foi mesmo com emoção grande que li, lentamente, sem querer mesmo que a leitura terminasse logo, página por página, o texto todo. [...]

Não realizei mudanças importantes nele, mas fiz a fundamental descoberta de que o texto estava inacabado. Precisava de um capítulo a mais. Foi assim, então, que escrevi o quarto e último capítulo [...] (FREIRE, 1994, p. 60-61).

Não satisfeito com todo esse cuidado com a revisão da primeira versão, Freire ainda prolongou o processo de discussão dos originais, antes de entregá-los ao editor:

Terminada finalmente a redação do quarto capítulo, revistos e retocados os três primeiros, entreguei o texto todo a uma datilógrafa para que o batesse à máquina. Em seguida, fiz várias cópias que distribuí entre amigos chilenos e alguns companheiros de exílio e amigos brasileiros (FREIRE, 1994, p. 62).

Depois de rever a forma com que Paulo Freire criava seus textos – longo processo de “gestação”, como ele mesmo o chamava, por meio de sua submissão à leitura de outrem, especialmente de Elza, “uma ouvinte atenciosa e crítica, [...] minha primeira leitora, igualmente crítica” (FREIRE, 1994, p. 65) –, vejamos o processo de edição da obra e sua relação com o manuscrito que ora se dá à luz.



## AS EDIÇÕES DA OBRA

A partir da primeira edição norte-americana (The Seabury Press, 1970), surgiu a do Uruguai, em espanhol (Tierra Nueva, 1970), a italiana (Arnoldo Mondadori, 1971), a alemã (Kreuz-Verlag, 1971) e a francesa (Maspero, 1974), como explica o próprio Paulo Freire, que devia ter as datas de publicação bem claras em 1992, quando concluiu **Pedagogia da esperança**, na qual explica que a publicação em português, no Brasil, somente se deu depois da francesa (Paz e Terra, 1975).

Se os editores iniciais de **Pedagogia do oprimido** receberam cópia da versão datilografada, como entender, então, a existência de um manuscrito? Explicando a gênese dos originais e do encaminhamento das primeiras edições, Paulo Freire refere-se apenas a uma versão datilografada, “batida à máquina” como ele registra em **Pedagogia da esperança** (FREIRE, 1994, p. 62-63).

Certamente as demais edições da obra, nos diversos idiomas e países do mundo, basearam-se na versão brasileira ou em alguma tradução da tradução. E como a nacional não traz os dois diagramas, um ao lado do outro, que têm por título, respectivamente, “Teoria da Ação Revolucionária” e “Teoria da Ação Opressora” (p. 15 do capítulo IV e à p. 146 do manuscrito fac-similado), ela deve ter servido de matriz para as edições em que eles também não aparecem. A edição alemã da obra deve ter se baseado na norte-americana, pois ambas trazem os diagramas, respectivamente, às páginas 131 e 114.

Mesmo a partir da 17<sup>a</sup>. edição brasileira, **Pedagogia do oprimido** ainda não traria os dois diagramas mencionados. E por que se destaca neste artigo a 17<sup>a</sup>. edição brasileira da obra? Sobre esta edição vale a pena uma pequena explicação: A 15<sup>a</sup>. edição da obra em português foi encontrada numa das prateleiras do Instituto Paulo Freire toda revisada à mão, pelo próprio Paulo Freire. Providencialmente quem a encontrou tirou imediatamente uma fotocópia, porque, lamentavelmente essa revisão original se perdeu. Certamente com base nessa revisão do próprio autor nasceu a 17<sup>a</sup>. edição, “a primeira decente”, teria dito Paulo Freire, segundo Moacir Gadotti.

O próprio Paulo Freire reconheceu a importância do aprendizado que teve no Chile, seja a partir da vivência no contexto pré-revolucionário, seja pela inspiração dos autores socialistas a que teve acesso. Por isso, dentre outras razões, justifica-se a publicação simultânea, do manuscrito com a transcrição em espanhol, que ora se prepara no Chile, pelo *Programa Interdisciplinario de Investigaciones em Educacion* (PIIE) em Articulação com o Ministério de Educação daquele país andino.



Segundo o depoimento do próprio autor, antes de ser publicado em português, **Pedagogia do oprimido** foi publicado em inglês, espanhol, italiano, francês e alemão (FREIRE, 1994).

Tentando driblar a vigilância da ditadura militar e sabendo que o livro não poderia ser publicado no Brasil, Paulo Freire informa que enviou uma cópia datilografada ao diretor da Editora Paz e Terra, Fernando Gasparian (FREIRE, 1994). O portador dos originais para o Brasil foi o professor da Universidade de Genebra e conselheiro nacional da Suíça, Jean Ziegler, que não foi incomodado pelas autoridades alfandegárias nacionais, certamente por causa de seu passaporte diplomático.

Vamos dar novamente a palavra ao próprio Paulo Freire pela importância da informação:

Dias depois, Gasparian discretamente, acusava o recebimento do material pedindo que esperasse por tempos mais favoráveis por sua publicação<sup>vii</sup>. Remeti o texto nos fins de 1970, quando o livro já tinha sua primeira edição em inglês, nos começos de 1971. Sua publicação aqui, sua primeira impressão só foi possível em 1975 (FREIRE, 1994, p. 63).

Ora, considerando as datas das aquisições dos direitos autorais da obra para as publicações em outros países, o Brasil, de 1975, segundo Paulo Freire, deve ter sido o sexto país a editar a obra, antecedido, pela ordem, pelos Estados Unidos, Uruguai, Alemanha e Itália (ambas no ano de 1971) e, finalmente, pela França.

Um pouco mais adiante, Freire comenta que um grupo de operários lhe escrevera uma carta na qual comentavam que haviam estudado a obra, em português, a partir de “uma cópia do original batido à máquina no Chile” (FREIRE, 1994, p. 63). Esta informação de Freire demonstra que, apesar da proibição, a obra era lida no Brasil clandestinamente, a partir de cópias do original datilografado, ou em edições estrangeiras, como narra também Freire, o caso da freira que “no regresso de suas viagens aos Estados Unidos, com alguns exemplares da *Pedagogia*, sobre cuja capa original ela punha capas de livros religiosos” (FREIRE, 1994, p. 63, grifo do original).

Por toda essa trajetória da redação de **Pedagogia do oprimido** e de suas primeiras edições, parece que o manuscrito foi escrito antes, servindo de base para a versão datilografada. A data da dedicatória do manuscrito a Jacques Chonchol e a Maria Edy, a esposa do ex-ministro de Allende – “Paulo, Santiago, Primavera 68” o indicam. E, naquela oportunidade, o livro já estava acrescido do quarto capítulo.

O prefácio de Ernani Maria Fiori, datado de dezembro de 1967, “excelente estudo”, se refere ao livro “inacabado”, como disse o próprio Paulo Freire (FREIRE, 1994, p. 61), com apenas três capítulos. O prefácio não aparece em algumas edições realizadas em outros países, como, por exemplo, na primeira, realizada nos Estados Unidos. Nela, as “Primeiras Palavras” de



autoria do próprio Paulo Freire viraram “preface”, antecedido por um “foreword” (que também quer dizer prefácio) de Richard Shaull. A edição italiana de 2011 (Edizione Grupo Abele) também eliminou o prefácio de Fiori, substituindo-o pelo de autoria de Silvia Maria Manfredi e Piergiorgio Reggio, embora tenha figurado na primeira edição italiana de Arnoldo Mondadori.

Mesmo com toda essa gênese transindividual de produção de uma obra e de sua tumultuada trajetória editorial – fruto de uma ditadura militar regressiva que estabeleceu uma dura censura a quem com ela não concordava – Paulo Freire é o responsável por essa síntese do pensamento progressista de uma época, constituindo-se como um verdadeiro intelectual orgânico dos oprimidos e oprimidas e apontando, consciente e intencionalmente, para um processo revolucionário por meio de uma educação como único caminho para que a humanidade não caia na barbárie e construa um mundo onde ainda seja possível amar.

Quando a contrarrevolução explodiu no Chile e as tropas de Pinochet atacaram o palácio do governo e mataram o Presidente Salvador Allende, Jacques Chonchol, seu principal ministro também sofreria sérias represálias. Escapou com vida porque estava em missão no exterior, voltando ao Chile no dia do golpe e escapando graças à ajuda de amigos. Tendo a casa invadida e sua biblioteca confiscada, o manuscrito escapou porque, certamente os esbirros da ditadura que se implantava naquele país andino não deram muita importância para uma pasta contendo folhas de papel almaço em uma pasta simples de cartolina.

Por cerca de duas décadas, o manuscrito permaneceu em poder da família Chonchol, tendo sido levado para Paris, onde Jacques se encontrava exilado. Como ele narra na entrevista contida na edição do manuscrito, por um triz não o entregou a um órgão da Unesco instalado na capital francesa. Ao retornar a Santiago, levou de volta o manuscrito e guardou-o cuidadosamente.

Finalmente, por um ato de generosidade extrema, mas com o espírito de estadista que o caracteriza, tomou a decisão de doá-lo ao povo brasileiro e, de fato, entregou o manuscrito de **Pedagogia do oprimido**, em uma belíssima cerimônia realizada na Universidade Nove de Julho de São Paulo, em 5 de novembro de 2013.

## REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.



## NOTAS

<sup>i</sup> A primeira foi publicada em 2013 com base em uma cópia do manuscrito e sem a digitação do texto de cada folha do manuscrito na página contígua.

<sup>ii</sup> Quando recebeu Paulo Freire no Chile, Jacques Chonchol trabalhava no *Instituto de Desarrollo Agropecuario* (INDAP), passando, depois ao *Instituto de Capacitación y Investigación de la Reforma Agraria* (ICIRA). Chonchol, como uma das principais lideranças do *Movimiento de Acción Popular Unitaria* (MAPU), desgarrouse do governo socialista-cristão de Frei, dirigindo-se mais para a esquerda. Foi indicado pelo movimento como candidato à presidência do Chile. No entanto, dada a conjuntura eleitoral, preferiu renunciar à postulação e apoiar o senador Salvador Allende que, uma vez eleito, convidou-o para ocupar a pasta do Ministério da Agricultura de seu Governo (1970-1973). Quando Freire saiu do Chile, Chonchol ainda era diretor do ICIRA e quando ele se tornou ministro, Freire já estava em Genebra, trabalhando no Conselho Mundial de Igrejas.

<sup>iii</sup> Que conhecera, no Brasil, por ocasião do 4.º centenário da cidade de São Paulo, segundo informação do próprio ex-ministro de Allende.

<sup>iv</sup> Ernani Maria Fiori (1914-1985) bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, em 1935. Catedrático de História da Filosofia na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Como Paulo Freire, exilou-se no Chile por causa do golpe de 1964 no Brasil, atuando na Universidade Católica, da qual chegou a ser vice-reitor. Foi reintegrado à UFRGS, em 1979.

<sup>v</sup> Josué Apolônio de Castro (1908-1973), médico, geógrafo e cientista social, destacou-se, nacional e internacionalmente, por seus estudos sobre a fome. Escreveu várias obras, dentre as quais se destaca **Geografia da fome** (1961). Foi presidente do Conselho Executivo da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e embaixador brasileiro junto à ONU. Quatro vezes indicado ao Prêmio Nobel da Paz (1953, 1963, 1964 e 1965). Do mesmo modo que Paulo Freire (7ª. edição), foi um dos biografados do Projeto Memória (6ª. edição) do Banco do Brasil. O Projeto Memória tem por finalidade “difundir a obra de personalidades que contribuíram significativamente para a transformação social, a formação da identidade cultural brasileira e o desenvolvimento do Brasil”. Disponível em: <<http://www.projetomemoria.art.br/>>. Acesso em: 19 maio 2018. Está na sua 13ª. edição, tendo homenageado, pela ordem, Castro Alves, Monteiro Lobato, Rui Barbosa, Pedro Álvares Cabral, Juscelino Kubitschek de Oliveira, Oswaldo Cruz, Josué de Castro, Paulo Freire, Nísia Floresta, João Cândido, Marechal Rondon, Carlos Drummond de Andrade e Lélia Gonzalez.

<sup>vi</sup> Almino Monteiro Álvares Affonso, advogado, foi ministro do trabalho do governo de João Goulart, deposto pelo golpe militar de 1964 e, por isso, também exilado em vários países (Argentina, Iugoslávia, Peru, Uruguai), inclusive no Chile, onde conviveu com Paulo Freire. Foi deputado federal por mais de um mandato e ocupou cargos nos governos do estado de São Paulo, chegando a ser vice-governador.

<sup>vii</sup> Teria sido pelos fatores de “tempos menos favoráveis” que Gasparian teria eliminado os diagramas sobre a “teoria da ação revolucionária” e “teoria da ação opressora”, que tanto chamavam a atenção nos originais, das edições da obra no Brasil? O que não se justifica mais é manter tal mutilação nas edições contemporâneas que se dão no Estado de Direito.

## Sobre os Autores

<sup>1</sup>**José Eustáquio Romão** - Doutor em Educação. Diretor e Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho (PPGE-Uninove). E-mail: [jer@terra.com.br](mailto:jer@terra.com.br) - ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9276-0039> - Brasil.

<sup>2</sup>**Natatcha Priscilla Romão** - Doutoranda no Programa de Pós-graduação da Universidade Nove de Julho de São Paulo. E-mail: [natatcha.priscilla@gmail.com](mailto:natatcha.priscilla@gmail.com) - ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4803-4977> - Brasil.